

Desindexação: a parada difícil

A desindexação da economia, prevista no plano Collor, não é uma tarefa fácil. A economia brasileira ampliou e sofisticou de tal forma o uso de indexação que, mesmo através de uma negociação que envolva empresários e trabalhadores, como acena o governo Collor, o desarme desse mecanismo vai custar um grande esforço de readaptação da sociedade. Indexar significa vincular reajustes de preços, salário e contratos em gerais à inflação registrada em determinado período. Os salários, por exemplo, eram reajustados anualmente até 1980. Hoje, eles são reajustados todo mês. Os preços, por sua vez correm a uma velocidade muito maior: há custos de reajustes diários, com base no BTN fiscal.

A indexação, de um lado, permitiu ao País conviver com um índice de inflação ascendente, ultrapassando, inclusive, a barreira dos 50 por cento ao mês, nível que, de acordo com alguns economistas, é o ponto em que se atingiria a hiperinflação. No Bra-

sil, a economia continua funcionando, com crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o que não é, seguramente, característica de uma economia em processo hiperinflacionário. Mas, em contrapartida, a indexação torna o comportamento dos preços mais rígido aos instrumentos convencionais de combate à inflação. Se todos reajustam seus preços com base na inflação passada, a inflação do mês seguinte vai no mínimo, reproduzir o que aconteceu no mês anterior.

Daí a importância da negociação para desarmar o mecanismo, o que parece ser o caminho escolhido pelo futuro governo. Após eliminar o déficit público, o governo teria cacife para sentar na mesa e negociar com trabalhadores e empresários. No lugar de simples reposição de perdas salariais passadas ou reajustes de preços também com base na inflação passada, a saída seria fixar regras de reajustes de acordo com a expectativa de inflação futura.